



ELEJOR- CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

Relatório da Administração

2010

Balanço Financeiro, Social e Ambiental

SUMÁRIO

1.	MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
2.	PACTO GLOBAL	6
3.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	16
4.	A EMPRESA.....	17
5	COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONOMICA E FINANCEIRA	19
6	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:	21
7	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	29
8	PARECER DO CONSELHO FISCAL	29

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

COMPROMISSO:

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A. é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, constituída para implantar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

A Concessão de Uso do Bem Público para a geração de energia elétrica é regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 – ANEEL – celebrado em 25 de outubro de 2001.

As autorizações para a Exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Santa Clara I e PCH Fundão I foram concedidas pelas Resoluções ANEEL nº. 757 e 753 de 18 de dezembro de 2002, respectivamente.

Em 19 de fevereiro de 2008, a ELEJOR aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas em matéria de direitos humanos, direitos laborais, meio ambiente e anticorrupção e desde então assumiu o compromisso de através de seu trabalho, dos seus negócios e de suas ações de responsabilidade social e ambiental a inserir na companhia os princípios universais promovidos pela ONU e também contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apoiando publicamente a responsabilidade e transparência.

A ELEJOR é mais do que uma empresa de implantação, operação e aproveitamento de energia elétrica. De fato, além de possuir a concessão para a exploração do Complexo Energético Fundão Santa Clara (CEFSC), formado pelas Usinas Santa Clara e Fundão, localizadas no Rio Jordão, a empresa tornou-se referência em preservação ambiental, pois os cuidados da empresa com o Meio Ambiente passaram a ser diretrizes para grandes empreendimentos no Paraná e no Brasil. O Complexo Energético Fundão Santa Clara - CEFSC é o primeiro do país a cumprir com todos os requisitos de sustentabilidade ambiental e respeito à população local, utilizando a mais moderna técnica de engenharia em construções de hidrelétricas, aliada à prática da qualidade e de sustentabilidade ambiental em suas ações.

As práticas da ELEJOR, relacionadas aos princípios que protegem e garantem a dignidade do trabalho, a transparência na gestão, a lisura nas questões financeiras, estão em processo de implantação, aprimoramento e consolidação com o fim de constituírem-se em balizadores do seu perfil.

Para o ano de 2010, o ponto relevante foi a nova redistribuição e participação dos Acionistas Ordinários no Capital Social da empresa. A recompra total das Ações Preferenciais Classe "B", de emissão das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS S.A., fez a participação dos Acionistas Ordinários aumentar em relação aos anos anteriores. Além disso, concomitantemente à recompra das Ações Preferenciais, houve também o resgate total das Debêntures, pertencentes à BNDES Participações S/A, impactando positivamente na empresa.

Operacionalmente o destaque para 2010 foi o excelente desempenho eletromecânico do CEFSC. Enquanto as Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão tiveram uma disponibilidade de potência de 93,50% e 97,30%, respectivamente, as Pequenas Centrais Hidrelétricas da Santa Clara I e Fundão I atingiram 96,20% e 98% respectivamente. Aliado ao bom desempenho técnico colaborou também o excelente regime hidrológico, o que proporcionou uma geração aproximada de 19% acima da Garantia Física (Energia Assegurada) do CEFSC e cerca de 20% a mais, se comparada à média da energia gerada dos dois anos anteriores.

Outros eventos, igualmente importantes, foram conquistados no exercício de 2010, como a finalização no Processo de Aquisições de Peças Sobressalentes; Planejamento Tributário; Aquisição de Áreas para Reserva Florestal Legal; Comercialização nos Processos de Crédito de Carbono; Adequação do Consumo Interno de UHE's; Readequação do Controle Patrimonial – MCPSE; Renovação do Contrato de Operação e Manutenção do Complexo Energético Fundão Santa Clara – CEFSC; Contratação dos Novos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D.

No âmbito de sua responsabilidade social e cultural, entre outras atividades, a empresa esteve presente. Tanto que através de incentivos fiscais, atendendo a disposição da Lei Rouanet (Lei Federal 8.313) fez a doação de R\$ 190.000,00, para projetos de caráter cultural e artístico, R\$ 60.000,00, para os Fundos dos Direitos da



Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e R\$ 60.000,00 para Incentivo ao Desporto, totalizando o valor de R\$ 310.000,00 em doações.

Assim, em nome dos Acionistas, do Conselho de Administração, da Diretoria e dos colaboradores da ELEJOR, tenho o prazer de apresentar esta Comunicação de Progresso, reafirmando o compromisso em continuar participando dessa iniciativa, da qual a companhia é signatária desde 2008, pelo resumo das atividades, ações e resultados para a adequação empresarial, sempre com o firme objetivo de alcançar, dentro dos próximos anos, a implantação dos dez princípios nas ações da Companhia.

Curitiba, 20 de dezembro de 2011.



RAFAEL IATAURO

Diretor Presidente.

2. PACTO GLOBAL

Os programas, ações e políticas socioambientais desenvolvidos pela Companhia estão detalhadas a seguir, através do resumo de práticas e sua correlação com os princípios do Pacto Global.

Os dez princípios do Pacto Global são:

Princípios dos direitos humanos	1	Respeitar e proteger os direitos humanos
	2	Impedir violações de direitos humanos;
Princípios de Direitos de Trabalho	3	Apoiar a liberdade de associação no trabalho
	4	Abolir o trabalho forçado
	5	Abolir o trabalho infantil
	6	Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho
Princípios de Proteção Ambiental	7	Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
	8	Promover a responsabilidade ambiental
	9	Encorajar tecnologias que não agredam o meio-ambiente
Princípio Anticorrupção	10	Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina

2.1 INCORPORAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

2.1.1 – Princípios de Direitos do Trabalho (Princípios 3, 4, 5 e 6):

As primeiras ações da ELEJOR quanto aos princípios de Direito de Trabalho é a inclusão da “CLÁUSULA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL” em todos os contratos firmados pela empresa.

A Cláusula é composta dos seguintes itens:

- *“Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como a implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;*

- *Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;*
- *Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;*
- *Proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.*

§ Único: A **ELEJOR** poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações conferidas à **CONTRATADA** nesta cláusula, sendo-lhe permitida visitas a quaisquer estabelecimentos desta”.

A inclusão desta cláusula permite a ELEJOR vetar a liberação de recursos caso a empresa contratada use trabalho escravo, infantil, ou fira direitos humanos como os de igualdade de tratamento entre pessoas de gêneros, cor e religiões diferentes, além de permitir tomar as medidas judiciais cabíveis quando necessário, colaborando desta forma com a democracia e humanização no mercado de trabalho.

2.1.2 – Princípios de Proteção Ambiental (Princípios 7,8 e 9):

A ELEJOR teve como condicionantes à construção das Usinas Hidrelétricas Fundão e Santa Clara, a execução de 33 Programas Ambientais, o que já remete aos

Princípios de Proteção Ambiental do Pacto Global, em especial ao sétimo princípio que trata do apoio a uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

Os estudos realizados visando a implementação dos empreendimentos das Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão, formando o Complexo Energético Fundão – Santa Clara, demonstraram a viabilidade ambiental dos dois empreendimentos.

O Projeto Básico Ambiental sistematizou esses estudos, tendo como produto 17 Programas Ambientais para a Usina Hidrelétrica Santa Clara e 16 para Usina Hidrelétrica Fundão. Esses programas visam prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos a serem causados pela construção das Usinas, bem como potencializar e otimizar os impactos considerados positivos.

Os Programas Ambientais da ELEJOR encontram-se relacionados e detalhados no Livro Memória do Complexo Energético Fundão Santa Clara “UMA NOVA ENERGIA” (disponível no sítio eletrônico da ELEJOR: <http://www.elejour.com.br>).

As ações da ELEJOR foram organizadas e compostas por uma equipe técnica onde as tarefas foram divididas conforme o escopo dos trabalhos e os diferentes níveis de responsabilidade, constituindo seu Programa de Gestão Ambiental.

O Programa de Gestão Ambiental que é parte integrante da Política Ambiental da ELEJOR é o conjunto de princípios que norteiam as ações da Empresa, desde a fase de implantação do empreendimento até a atualidade.

Entende-se como Política Ambiental a declaração de uma organização de suas intenções e princípios em relação à sua performance ambiental global, que possibilita uma estrutura para ação e para a consecução de seus objetivos e metas ambientais (ISO/TC 207/SC 1).

A Política Ambiental de uma empresa, para ser efetiva, deve necessariamente ter as seguintes características:

- ⇒ Expressar um conjunto de Princípios adequados aos objetivos sociais da empresa e à natureza, escala e impactos ambientais de suas atividades;
- ⇒ Ter sido discutida e aperfeiçoada com a participação de todos os escalões da empresa, assegurando o comprometimento da maioria na sua efetivação;

- ⇒ Ser divulgada de forma ampla nos ambientes interno e externo à empresa, como compromisso a ser assumido e honrado por todos.

A ELEJOR, a fim de apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais, promover a responsabilidade ambiental e encorajar tecnologias que não agredam o meio ambiente (Princípios 7, 8 e 9 do Pacto Global) como produto dessa discussão, chegou à seguinte Política:

“Comprometemo-nos, no cumprimento de nossa Missão de “construir e explorar, mediante concessão de uso de bem público, o Complexo Energético Fundão Santa Clara, e fornecer com qualidade e custos compatíveis, 240 MWh para o sistema elétrico nacional respeitando o meio ambiente e considerando as expectativas de rentabilidade dos seus acionistas”, os seguintes princípios:

1. *Assumir um compromisso irredutível com os mais elevados valores morais e éticos no trato de nossos negócios, respeitando a Legislação Ambiental e estabelecendo uma relação de confiança com os órgãos de controle ambiental.*
2. *Participar efetivamente da **Agenda 21**, documento este que foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais local e estadual, assumindo-as como fórum de discussão e construção de um Modelo de Desenvolvimento Sustentável, nas suas mais variadas dimensões.*
3. *Respeitar as especificidades sociais, econômicas, ambientais e culturais da região onde se insere nosso empreendimento, realizando o*

máximo esforço para minimizar os impactos negativos e proporcionar ganhos justos a todos os segmentos da sociedade envolvidos.

4. Realizar a capacitação contínua de nosso pessoal na área ambiental, habilitando-o a compreender a inserção de nossos empreendimentos na realidade sócio ambiental atual e a tomar decisões embasadas em verdades científicas.

5. Priorizar modelos construtivos pautados em processos ambientalmente limpos e equilibrados, de forma a não desperdiçar matérias primas naturais e diminuir ao máximo os resíduos de qualquer natureza.

6. Implantar, manter e aperfeiçoar mecanismos internos de controle e gestão ambiental, de forma a monitorar nosso empreendimento, elaborando, discutindo e implementando suas Políticas Ambientais.

7. Manter canais de comunicação com todos os segmentos da sociedade, informado-a sobre os aspectos ambientais de nosso empreendimento, e motivando-a a participar das ações de proteção dos recursos naturais e conservação da biodiversidade.”

Atualmente em função da Manutenção e Renovação das Licenças de Operação do Complexo Energético Fundão Santa Clara, os seguintes programas ambientais estão em fase de execução:

- Programas de Monitoramento da Erosão, Assoreamento das Usinas e da Faixa de Deplecionamento da Usina Santa Clara;
- Programas de Monitoramento do Clima e do Nível de Água dos Rios Jordão e Pinhão;
- Programas de Monitoramento da Qualidade da Água e Detecção do Mexilhão Dourado;

- Programa de Monitoramento da Ictiofauna;
- Programa de Ecologia e Conservação do Papagaio do Peito Roxo;
- Programa de Ecologia e Conservação do Cágado Rajado;
- Programa de Ecologia e Conservação da Lontra;
- Programa de Ecologia e Conservação de Pequenos Felinos;
- Programa de Ecologia e Conservação de Espécies Ripárias;
- Programa de P & D: Acompanhamento da Recomposição Florística Associada à Fauna, cujo escopo contempla a produção de material de Educação Ambiental, com Apostilas e DVD, que serão utilizados em conjunto com as Secretarias Municipais de Educação das Cidades de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, orientando e estimulando a Recuperação de Matas Ciliares.

O destaque para o ano de 2010 está no Programa de P & D “Acompanhamento da Recomposição Florística Associada à Fauna”, que foi premiado no Fórum de Gestão Sustentável, realizado em 27/08/2010, na sede da FIESC, em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde as principais lideranças dos três estados da Região Sul do Brasil, na área de gestão socioambiental, foram premiadas.



A cerimônia marcou a entrega dos certificados às empresas, entidades e instituições que se destacaram na 7ª Pesquisa de Gestão Sustentável - baseada nos sete indicadores Ethos e nas perspectivas do BSC - e dos troféus Onda Verde aos vencedores do 18º Prêmio Expressão de Ecologia.

No Programa de P & D em referência, onde o tema é o “Acompanhamento da Recomposição Florística Associada à Fauna”, e cujo escopo contempla a produção de material de Educação Ambiental, com Apostilas e DVD, foi produzido um material didático sobre o projeto para trabalhar com as escolas da região, além de um material complementar para os professores buscarem informações sobre os temas abordados nos vídeos abaixo descritos:

1. Vídeo institucional sobre o projeto desenvolvido e trabalhos que a ELEJOR desenvolve na região. Este vídeo abordou os seguintes temas:

- Breve histórico de colonização da região;
- Diversidade biológica (Conservação, perda de diversidade);
- Mata Ciliar;
- Trabalhos da ELEJOR e LACTEC na região;
- Projeto desenvolvido sobre recuperação ambiental nas Matas Ciliares (APP's).

2. Três Vídeos aula com os seguintes temas:

- Água;
- Lixo;
- Desmatamento.

Todos os vídeos foram apresentados por um personagem “biólogo” e, para elaboração dos roteiros, foi utilizada uma linguagem descontraída, a fim de prender a atenção dos alunos e atender o objetivo de ilustrar para os mesmos como se realiza uma pesquisa científica, repassando informações técnicas de maneira didática.

Informações básicas sobre cada tema foram tratadas de forma mais ilustrada possível, com imagens aéreas da região, imagens de animais nativos e plantio de mudas.

Além dos vídeos, foi elaborada uma apostila de auxílio ao professor, onde ele pode procurar mais informação sobre os temas abordados nos vídeos. A apostila trabalhou os temas buscando a interdisciplinaridade, para que assim não somente o professor de

ciências/biologia o utilize, mas todos os professores da escola, tornando o aprendizado mais completo.

As principais mensagens e valores passados no material desenvolvido tem relação com a mudança de hábitos, atitudes e práticas sociais dos alunos envolvidos.

Uma outra idéia bastante recorrente é a de que, embora todos os grupo sociais devam ser educados para a conservação ambiental, as crianças são um grupo prioritário. As crianças representam aqui as gerações futuras em formação. Considerando que as crianças estão em fase de desenvolvimento cognitivo, supõe-se que nelas a consciência ambiental pode ser internalizada e traduzida em comportamentos de forma mais bem sucedida do que nos adultos que, já formados, possuem um repertório de hábitos e comportamentos cristalizados e de difícil reorientação (Carvalho, 2001).

Os professores que participaram do Workshop promovido no final do projeto gostaram bastante do material apresentado, todos acharam muito didático e fácil de adequar aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Esta declaração dos professores indicou que o objetivo de produzir um material fácil de trabalhar no cotidiano da sala de aula foi cumprido, funcionando como uma ferramenta útil no aprendizado sobre os temas abordados e sobre a história, geografia e meio natural existente na região.

Algumas frases foram utilizadas na apresentação para, junto com os professores, refletirmos sobre como trabalhar a Educação Ambiental, são elas:

- *"Toda educação deve ser ambiental";*
- *"A educação por uma vida sustentável estimula tanto o entendimento intelectual da ecologia como cria vínculos emocionais com a natureza. Por isso, ela tem muito mais probabilidade de fazer com que as nossas crianças se tornem cidadãos responsáveis e realmente preocupados com a sustentabilidade da vida; que sejam capazes de desenvolver uma paixão pela aplicação de seus conhecimentos ecológicos à reformulação de nossas tecnologias e instituições sociais, de maneira a preencher lacunas existentes entre a prática humana e os sistemas da natureza ecologicamente sustentáveis" (Fritjof Capra);*

- *“O tempo que as crianças passam em contato com a natureza é o elemento chave do desenvolvimento de uma ética ambiental e na compreensão da ecologia como adulto” (Ray Chipenuik);*
- *“Seja a mudança que você quer ver no mundo” (Mahatma Gandhi);*

Os professores foram escolhidos neste projeto para, juntamente com o material, trabalharem como multiplicadores da informação, como transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão dos problemas e riscos socioambientais e do seu impacto no meio ambiente global e local.

Muitos dos professores participantes do Workshop interagiram contando histórias da região, demonstrando seu conhecimento regional e interesse sobre o ambiente local. Eles foram estimulados a passar esse conhecimento em sala de aula, inserindo em suas disciplinas a transmissão desses saberes regionais, enriquecendo as suas aulas e repassando valores, estimulando assim as crianças a admirarem e criarem interesse sobre o local onde vivem.

Os dados obtidos em um projeto de pesquisa geram informação. Esta informação gera um conhecimento, o qual por sua vez estimula a percepção sobre a questão estudada e, somente após a percepção, é possível chegar à conscientização (Emilia Queiroga).

Portanto, repassar os resultados da pesquisa em forma de informação aos professores e alunos envolvidos no estudo, tem como objetivo gerar conhecimento sobre os temas abordados, tentando assim alcançar a conscientização sobre os problemas envolvidos e um estímulo à adequação das ações de cada um em prol de uma vida mais sustentável.

Uma mudança paradigmática implica uma mudança de percepção e de valores, e isto deve orientar de maneira decisiva para formar as gerações atuais não somente para aceitar a incerteza e o futuro, mas para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir num processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando assim novas possibilidades de ação (Morin, 2001; Capra, 2003; Leff, 2003 *apud* Jacobi, 2005).

Outras ações ambientais em andamento:

- Erradicação de Espécies Exóticas nas Faixas Ciliares (APP's - Áreas de Preservação Permanente) dos reservatórios e monitoramento patrimonial destas faixas.

Além dos programas e ações ambientais apresentados, a ELEJOR ainda realiza o acompanhamento do desenvolvimento social de 06 famílias reassentadas e desenvolve também a Regularização Fundiária dos terrenos ocupados pelos lagos e faixas de preservação permanente.

A busca por um meio ambiente equilibrado, fundamentado pela responsabilidade ambiental, social e pela sustentabilidade sempre foram uma das maiores preocupações e motivações da companhia nas suas ações operacionais e em todas as esferas e um dos principais objetivos da ELEJOR para os próximos anos é a incorporação dos 10 princípios do pacto global às nossas atividades.

Concluimos assim a evolução dos princípios do Pacto Global na ELEJOR, para o ano de 2010.

Apresentaremos a seguir o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis da Companhia.

3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, em conformidade com as disposições legais, apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis da Companhia, consolidada e elaborada conforme Legislação Societária, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Dos principais destaques que marcaram o Exercício Econômico da ELEJOR, para o ano de 2010, o ponto relevante foi a nova redistribuição e participação dos Acionistas Ordinaristas no Capital Social da empresa. A recompra total das Ações Preferenciais Classe “B”, de emissão das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS S.A., fez a participação dos Acionistas Ordinaristas aumentar em relação aos anos anteriores, conforme observa-se na Tabela 1 – Capital Social. Além disso, concomitantemente à recompra das Ações Preferenciais, houve também o resgate total das Debêntures, pertencentes à BNDES Participações S/A, impactando positivamente na empresa.

Operacionalmente o destaque para 2010 foi o excelente desempenho eletromecânico do CEFSC. Enquanto as Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão tiveram uma disponibilidade de potência de 93,50% e 97,30% respectivamente, as Pequenas Centrais Hidrelétricas da Santa Clara I e Fundão I atingiram 96,20% e 98% respectivamente. Aliado ao bom desempenho técnico colaborou também o excelente regime hidrológico, o que proporcionou uma geração aproximada de 19% acima da Garantia Física (Energia Assegurada) do CEFSC e cerca de 20% a mais se comparada à média da energia gerada dos dois anos anteriores, conforme se demonstra na Tabela 2 – Contexto Operacional.

Outros eventos, igualmente importantes, foram conquistados no exercício de 2010, dos quais se destacam:

- 1) Finalização no Processo de Aquisições de Peças Sobressalentes – R\$ 2.619.844,71;
- 2) Planejamento Tributário;

- 3) Aquisição de Áreas para Reserva Florestal Legal;
- 4) Comercialização nos Processos de Crédito de Carbono;
- 5) Adequação do Consumo Interno de UHE's;
- 6) Readequação do Controle Patrimonial - MCPSE, conforme a Resolução Normativa ANEEL N.º 367/2009;
- 7) Readequação do Sistema de Informação - Controle da ELEJOR – Gerenciamento de Estoque;
- 8) Renovação do Contrato de Operação e Manutenção do Complexo Energético Fundão Santa Clara – CEFSC;
- 9) Contratação dos Novos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D, ciclo 2008/2009, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em junho de 2009, conforme Despacho ANEEL 2393/2009;
- 10) Amortizações antecipadas das debêntures BNDESPAR;
- 11) Renovação do Contrato de Seguros Operacionais, período de setembro de 2010 a setembro de 2011, do CEFSC-Complexo Energético Fundão Santa Clara.

4. A EMPRESA

4.1 Perfil

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A. é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída para implantar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

A Concessão de Uso do Bem Público para a geração de energia elétrica é regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 – ANEEL – celebrado em 25 de outubro de 2001.

As Autorizações para a Exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Santa Clara I e PCH Fundão I foram concedidas pelas Resoluções ANEEL nº. 757 e 753 de 18 de dezembro de 2002, respectivamente.

O Capital Social da ELEJOR, em 31 de dezembro de 2010, está assim distribuído:

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	Participação no Capital Total
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	-	42.209.920	70,0 %
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	-	18.090.080	30,0 %
Total	60.300.000	-	60.300.000	100,0%

Tabela 1: Capital Social

4.2 O Empreendimento

O Complexo Energético Fundão Santa Clara – CEFSC é constituído pelas Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão e pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas de Santa Clara I e Fundão I, com capacidade instalada total de 246,3 MW.

A UHE Santa Clara está localizada nos municípios de Pinhão e Candói e a UHE Fundão está localizada nos municípios de Foz do Jordão e Pinhão, na região centro-sul do Estado do Paraná.

As potências instaladas, as energias asseguradas e a energia gerada do CEFSC assim estão distribuídas:

	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmédios)	Energia Gerada 2010 (MWmédios)	Energia Gerada 2009 (MWmédios)	Energia Gerada 2008 (MWmédios)
UHE's					
Santa Clara	120,168	69,600	80,608	60,150	74,020
Fundão	120,168	65,800	80,457	60,442	67,045
Total	240,336	135,400	161,065	120,592	141,065
PCH's					
Santa Clara	3,600	2,790	3,14	3,034	3,067
Fundão	2,400	2,100	2,09	2,096	1,935
Total	6,000	4,890	5,23	5,130	5,002
Total do CEFSC	246,336	140,300	166,295	125,722	146,067

Tabela 2: Contexto Operacional

5 COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONOMICA E FINANCEIRA

5.1 Disponibilidades e Depósitos Vinculados

O saldo das aplicações financeiras está composto por aplicações em fundos conservadores de investimentos em renda fixa, sendo que os respectivos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (*pro rata temporis*):

- O valor bruto de R\$ 20.971, aplicado em CDB DI no Banco do Brasil S.A., está comprometido a uma taxa mínima correspondente a 100% da variação da taxa DI e vinculados em títulos públicos, não estando sujeita a garantias, portanto, trata-se de valor disponível;
- O valor bruto de R\$ 797 aplicado no Bradesco S.A., na modalidade CDI é remunerada a 98,9% da taxa DI e refere-se à garantia para

liquidação de operações junto à CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;

- c) O valo bruto de R\$4.429, aplicado em CDB DI no Itaú é remunerada a 100% do CDI e refere-se à conta vinculada do BNDES, conta essa que aguarda somente a correspondência de liberação do BNDES para que seja extinta.

5.2 Receita Bruta

A Receita Bruta das Operações com a de venda de energia elétrica foi de R\$ 190.360.

5.3 Custo Operacional

O Custo Operacional com a atividade do CEFSC resume-se nas contas abaixo:

Descrição	R\$ x 1000
- Uso do Bem Público – UBP (Amortização a partir de 2010)	8.797
- Uso e Conexão com o Sistema Elétrico	8.600
- Compensação Financeira (CFURH)	6.145
- Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.152
- Contratos de Operação e Manutenção – O&M	6.894
- Sócioambientais	636
- Seguros Operacionais	573
- Depreciações / Amortizações	20.694

Tabela 3: Custos Operacionais

5.4 Alteração no Critério Contábil

A partir de 2010, em função da mudança dos critérios contábeis, em especial na forma de reconhecimento contábil da Concessão para Utilização de Bem Público (UBP), parte dos valores que inicialmente seriam contabilizados com custo, passou a ser reconhecido como Variação Monetária Passiva (VMP), que neste ano monta a importância de R\$ 55.501.

5.5 LAJILDA

O Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – LAJIDA totalizou R\$ 95.643.

5.6 Reservas de Lucros

Para as reservas de lucros destacam-se os seguintes aspectos:

- a) Para o ano de 2010 não foi constituída reserva legal em função dos ajustes efetuados no PL desse exercício, gerando saldo na conta de prejuízos acumulados, originado dos efeitos da mudança de critério contábil para o reconhecimento contábil da UBP e nova metodologia de cálculo da depreciação limitada ao prazo da concessão;
- b) Considerando os ajustes advindos da mudança dos critérios contábeis na forma descrita no item anterior e, em função da ocorrência de saldo em prejuízos acumulados, não foi atribuído qualquer valor em 2010 para a conta de Reserva de Retenção de Lucros. O lucro de 2010 foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados.

5.7 Dividendos

Ao final do exercício de 2010 a companhia permaneceu com saldo em prejuízos acumulados, o que impede a distribuição de dividendos nos termos do Art. 189 da Lei 6.404/76.

6 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

6.1 Finalização no Processo de Aquisições de Peças Sobressalentes – R\$ 2.619.844,71

6.1.1 As aquisições de peças sobressalentes visam atender o Contrato de Concessão da ANEEL n.º 125, de 25/10/2001, que prevê em sua Cláusula 7ª, Subcláusula 1ª, parágrafo VIII, que a ELEJOR é responsável por *“manter, permanentemente, através da adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações dos Aproveitamentos Hidrelétricos em perfeitas condições de funcionamento. Inclusive adequado estoque de peças sobressalentes”*, bem como atender ao exigido no ANEXO V do Contrato de Operação e Manutenção – O&M, firmado entre a ELEJOR e a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A, o qual trouxe uma relação de peças consideradas mínimas para o melhor desempenho do CEFSC.

6.1.2 A Área de Administração & Finanças realizou todo o processo de compras junto aos fornecedores nacionais e internacionais, com início no ano de 2009 e término no ano de 2010. Segue abaixo resumo dos totais em cada modalidade:

Descrição	R\$
Linhas de Transmissão	R\$ 101.754,59
Subestação	R\$ 338.228,15
Eletromecânicos	R\$ 2.179.861,97
TOTAL GERAL	R\$ 2.619.844,71

Tabela 4: Peças Sobressalentes

6.1.3 O processo de conformação das peças sobressalentes e adequação do almoxarifado do CEFSC foram concluídos, conforme já informado na reunião do Conselho de Administração da ELEJOR de 22.09.2010. O gasto total que compreendeu esta conformação e adequação foi de R\$ 2.619.844,71.

A partir de agora o processo de manutenção das peças sobressalentes seguirá reposição conforme necessidade.

6.2 Planejamento Tributário

Após estudos de viabilidade fiscal, foi colocada em prática a tributação mensal do IRPJ e CSLL por estimativa, concluindo que se poderia postergar para 30/01/2011, o saldo do imposto apurado pelo Lucro Real Mensal. Na data do balanço, com o fechamento dos impostos sobre o lucro até a competência Dez/2010, considerando a postergação do IRPJ e CSLL dos meses de janeiro a novembro, foi mantido em aplicações financeiras o valor nominal de R\$ 12,6 milhões. Sobre esse valor, se aplicada a taxa de 100% do CDI (valor real para aplicação financeira da ELEJOR, entre vencimento de cada competência e o prazo legal para recolhimento sem multa e juros), em 31/01/2011, o montante ficaria próximo a R\$ 13,2 milhões. Em números reais, até a competência Nov/2010 (para dezembro não ocorre a postergação), o ganho financeiro até Jan/2011, foi de aproximadamente R\$ 635 mil.

6.3 Aquisição de Áreas para Averbação de Reserva Florestal Legal

Como forma de regularizar os terrenos ocupados pela ELEJOR no que diz respeito a Averbação de Reserva Florestal Legal, optou-se pela aquisição de direitos de Reserva Legal, através do Instituto da Servidão Florestal Definitiva e Onerosa, sendo previamente aprovada pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP. A Área Líquida de 921,00 ha, está distribuída nas Fazendas São Miguel (Áreas São Miguel n.ºs 2,3,4,6 no município de Inácio Martins) e Fazenda Potinga (Área Potinga n.º 7, município Cruz Machado).

Os contratos para a aquisição dos direitos foram celebrados em 23/12/2009, no valor de R\$ 2.763 milhões e suas respectivas quitações ocorreram em 23/12/2010,

As averbações envolvem 134 processos de SISLEG, para regularização de 47 matrículas/transcrições, propiciando o desmembramento dos terrenos em novas matrículas para a ELEJOR; tendo já prontos 75% dos mapas necessários.

Assim, a averbação das reservas em favor dos terrenos da ELEJOR se dará de forma definitiva, ficando gravada nas matrículas das Fazendas São Miguel e Potinga,

mesmo que posteriormente as mesmas venham a ser negociadas ou transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

6.4 Comercialização nos Processos de Crédito de Carbono

A ELEJOR iniciou o seu projeto de formação dos Créditos de Carbono em outubro de 2000, através da Circular 056/2000, que criou o grupo de Estudos sobre o Resgate de Carbono e Commodities Ambientais (GTCA), integrado ao Conselho de Meio Ambiente da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

6.4.1 Voluntary Credits Units – VCU's

Foram emitidos em 2006, 2007, 2008 - Voluntary Carbon Unit; formando o volume total de 385.070 tCO₂ de VCU's que estão numerados de acordo com seus respectivos vintages e estão aportados na Plataforma Eletrônica da APX, nos Estados Unidos.

Uma tentativa frustrada de LEILÃO para realizar à venda dos créditos (VCU's) ocorreu em 2010. Este leilão se deu “deserto”, não houve nenhuma proposta de compra. Este fato ocorreu devido as crises econômicas nos Estados Unidos e Europa que afugentaram a procura no mercado. Com esta emissão, resta apenas a tentativa de efetuar uma nova venda.

6.4.2 Certified Emission Reduction - CER's (2008 – 2009)

Em 04/06/2009 (PAC 006/2009) lançou-se Edital para a contratação de Organismo Certificador para Créditos de Carbono (CER's), sendo que a empresa inglesa SGS United Kingdom Ltd. sagrou-se vencedora do certame. Após a vitória e inspeção no Complexo Energético Fundão Santa Clara – CEFSC, os créditos de carbono, no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, foram aprovados pelo Organismo Certificador e submetidos a “Audiência Pública” na Organização das Nações Unidas – ONU em 28/07/2010, conforme certificado emitido pela ONU.

No período de “Audiência Pública” não houve qualquer comentário no conteúdo do Relatório de Monitoramento e em 20/12/2010, portanto, cerca de 20 meses após a vistoria da SGS, é que a ONU aprovou a emissão do CER's, no montante de 234.147 tCO₂ (tonelada de dióxido de carbono) de CER's.

Em síntese, com os CER's emitidos pela ONU e o WCD aprovado pelo Organismo Certificado, a ELEJOR irá fazer um leilão eletrônico no primeiro semestre de 2011 para efetuar a venda deste ativo no mercado mundial.

6.5 Adequação do Consumo Interno de UHE's

Atualmente cerca de 1 MW médio de consumo interno das UHE's é suprido pela PCH Santa Clara I, a qual, por ser uma energia incentivada, possui um valor agregado maior se comparado ao das UHE's. A prospecção era trocar a energia fornecida pela PCH por uma energia convencional mais barata. Comprariamos no mercado 1 MW médio convencional e liberar-se-ia a mesma quantidade da PCH Santa Clara I para comercialização. Todavia, a inexistência de alimentadores de 34,5 kV externos ao CEFSC inviabilizou o procedimento.

6.6 Readequação do Controle Patrimonial (MCPSE), conforme a resolução Normativa ANEEL n.º 367/2009

O novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, estabelece que as Concessionárias, Autorizadas, Permissionárias e Produtores Independentes de Energia devem se adequar a este novo manual (PAC – 001/2010). Foi efetuada análise de relatórios internos existentes na ELEJOR e trabalhos para adequação dos itens patrimoniais. No trabalho de campo, foi realizado o levantamento e comparação física de todos os componentes patrimoniais, compreendendo a análise do cadastro existente com as novas exigências regulamentares. O levantamento patrimonial atualizado foi disponibilizado à empresa de informática, a qual recadastrou todos os bens em novo sistema informatizado. Esta contratação ficou a cargo da licitante vencedora, a quem coube remunerar os serviços de informática. O início de vigência das novas taxas de depreciação, conforme novos critérios estabelecidos no MCPSE, está previsto para o

início de 2011. Porém, as adaptações às novas normas de classificação dos ativos imobilizados já está em vigor a partir do ano de 2010.

6.7 Readequação do Sistema de Informação – Controle do Gerenciamento de Estoque ELEJOR

A readequação do Sistema de Informação visou atender as novas exigências impostas pela ANEEL, através de suas resoluções n.ºs 367 e 370/2009, no tocante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE). Além das necessidades da Agência Reguladora, a empresa necessitava possuir diversos relatórios customizados bem como integração com softwares de instituições bancárias, Receita Estadual e Federal, Nota Fiscal Eletrônica, entre outros.

Diante da necessidade exposta optou-se pela realização de licitação através do Processo Administrativo de Contratação – PAC n.º 019/2010, que entre outras especificações, solicitou um sistema que apresentasse facilidades e ferramentas que otimizariam a geração de relatórios gerenciais de acordo com as regras da ANEEL.

Desta forma foi contratado o novo Sistema Integrado de Gestão Empresarial por um período de locação de 24 meses. A empresa contratada está em fase de implantação do Sistema com previsão de término no primeiro quadrimestre de 2011. Optou-se inicialmente pela locação a fim de melhor avaliação e satisfação do Sistema. Caso atenda em sua plenitude, será feita negociação para continuidade do mesmo.

6.8 Renovação do Contrato de Operação e Manutenção do Complexo Energético Fundão Santa Clara - CEFSC

O contrato foi assinado em 01/10/2010, conforme autorização do Conselho de Administração da ELEJOR em 22/09/2010, no valor de R\$ 5.280.000,00/ano, cerca de 3,2% inferior ao contrato anterior e com ampliação do escopo (R\$ 5.454.000,00/ano).

6.9 Contratação dos Novos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Os projetos aprovados pelo Conselho de Administração em 21/12/2009, foram contratados com o LACTEC, através do Processo Administrativo de Contratação - PAC 008/2010 e estão sendo executados em conformidade com a Lei Federal 9991/2000.

6.10 Amortizações antecipadas das debentures BNDESPAR

O BNDESPAR autorizou, em 17 de novembro de 2008, a 1ª AGD – Assembléia Geral de Debenturistas a celebrar o Aditivo nº 1 ao Contrato de Promessa e Subscrição de Debêntures Conversíveis que viabilizou as amortizações antecipadas das debêntures da 1ª emissão.

Em março/2010, a ELEJOR recebeu aporte de capital através de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) no total de R\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões), sendo do acionista majoritário – Companhia Paranaense de Energia - COPEL a importância de R\$126.000.000 (cento e vinte e seis milhões) e da acionista Paineira Participações e Empreendimentos Ltda, R\$ 54.000.000 (cinquenta e quatro milhões). Por este Instrumento Particular a ELEJOR transferiu ao BNDESPAR o valor bruto na época de R\$ 181.286.865,79 (cento e oitenta e um milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

A ELEJOR também reconheceu, em caráter irrevogável e irretratável, sua obrigação de pagar a título de compensação financeira, ao BNDESPAR, e este assim concordou em receber a importância total de R\$ 19.499.852,78 (dezenove milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos). a fim de satisfazer integralmente a obrigação pecuniária reconhecida pela emissora por meio do Instrumento Particular de Transação celebrado entre a ELEJOR e BNDES Participações S/A – BNDESPAR em 28/12/2010.

O BNDESPAR aceitou e reconheceu que todas as obrigações financeiras decorrentes das Debêntures foram liquidadas, em definitivo, quando da efetiva liquidação do pagamento, valendo o próprio Instrumento Particular de Transação acrescido do comprovante de transferência como recibo e outorga de quitação do pagamento mencionado acima.

6.11 Renovação do Contrato de Seguros de Riscos Operacionais, no período de setembro de 2010 a setembro de 2011, do Complexo Energético Fundão Santa Clara – CEFSC.

O Seguro de Riscos Operacionais, contratado através do Processo Administrativo de Contratação PAC nº 014/2010 engloba todos os ativos do CEFSC, inclusive as Barragens e as Linhas de Transmissão correspondentes. Contempla também uma cobertura de Lucros Cessantes com período indenitário de 6 meses.

No valor total em risco foi considerado todo o patrimônio do CEFSC, inclusive barragens, conforme laudo técnico, incluindo peças sobressalentes (R\$ 2.600.000) e excluído a Ponte sobre o Rio Jordão (R\$ 1.552.500), visto que a mesma foi transferida ao DER. Para definição do valor máximo do Edital, foi considerada uma taxa net geral de 0,12%. O Lucro Cessante foi determinado pela projeção de 12 meses, do lucro líquido, e aplicado 48% para a UHE de Fundão e 52% para a UHE de Santa Clara.

O valor do prêmio pago foi de R\$ 466.000,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil reais) para a cobertura de todo o Complexo Energético Fundão Santa Clara - CEFSC, resultando numa taxa net de apenas 0,09%, taxa essa extremamente baixa considerando as taxas net do setor elétrico, que giram em torno de 0,20 a 0,22% e que resulta numa economia anual próxima de 1 milhão de reais se comparado com os custos de seguros que a ELEJOR tinha nos anos anteriores (2005/2006/2007).

O montante segurado de todo o CEFSC foi de R\$ 541.852.131 (quinhentos e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta e um reais), desmembrados da seguinte forma:

- UHE Fundão = R\$ 216.383.866 (duzentos e dezesseis milhões trezentos e oitenta e três mil e oitocentos e sessenta e seis reais);
- UHE Santa Clara = R\$ 325.468.265 (trezentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e duzentos e sessenta e cinco mil reais).

7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Parecer dos Auditores Independentes

7.2 Balanço Patrimonial

7.3 Demonstração do Resultado

7.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

7.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

7.6 Notas Explicativas.

8 PARECER DO CONSELHO FISCAL

,

Curitiba, 18 de fevereiro de 2011.

A
DD. DIRETORIA DA
ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.
CURITIBA - PR

REF.: RELATÓRIO FINAL Nº 22/10 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – BALANÇO PATRIMONIAL;
- 3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO;
- 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO;
- 5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA; e
- 6 – NOTAS EXPLICATIVAS.

Releva observar que este relatório representa, através do "Relatório dos Auditores Independentes", nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no 4º trimestre de 2010, sendo que o consubstanciamento do referido Relatório encontra-se nos Comunicados de Visita emitidos.

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A
DD. DIRETORIA DA
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.
CURITIBA – PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2011.


UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S PR
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S PR
Responsável Técnico


FLÁVIA TATIANE SILVEIRA WERNER
Contadora CRC RS 70524 S PR
Auditora

2 – BALANÇO PATRIMONIAL



ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em Milhares de Reais)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>	<u>50.747</u>	<u>71.790</u>	<u>54.610</u>
Caixa e equivalentes de caixa	21.053	19.581	13.909
Aplicações financeiras	5.227	21.631	20.269
Clientes	16.220	16.326	15.300
Outros créditos	519	28	1
Imposto de renda e contribuição social	5.906	13.727	2.816
Outros tributos correntes a recuperar	1.479	48	1.950
Despesas antecipadas	343	449	365
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	<u>765.855</u>	<u>778.007</u>	<u>807.366</u>
Realizável a Longo Prazo	13.106	240	231
Depósitos judiciais	133	240	231
Outros créditos	5.249	-	-
Imposto de renda e contrib. social diferidos	7.724	-	-
Imobilizado	529.317	547.999	568.337
Intangível	223.432	229.768	238.798
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>816.602</u>	<u>849.797</u>	<u>861.976</u>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em Milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<u>CIRCULANTE</u>	<u>64.404</u>	<u>105.187</u>	<u>78.166</u>
Obrigações sociais e trabalhistas	41	31	36
Fornecedores	2.740	2.213	2.407
Imposto de renda e contribuição social	14.336	15.244	3.121
Outras obrigações fiscais	1.293	1.285	1.248
Debêntures	-	36.957	25.767
Dividendos a pagar	-	7.150	1.538
Encargos outorga Aneel	40.984	38.028	38.167
Pesquisa e desenvolvimento	2.927	1.830	2.652
Outras contas a pagar	2.083	2.449	3.230
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	<u>613.983</u>	<u>722.498</u>	<u>768.331</u>
Encargos Eletrobrás	-	117	16.875
Debêntures	-	153.384	202.116
Encargos outorga Aneel	317.850	303.579	311.280
Mútuo com controladora	295.788	265.418	238.060
Provisões para litígios	345	-	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>138.215</u>	<u>22.112</u>	<u>15.479</u>
Capital Subscrito	69.450	69.450	78.667
Reserva de Capital	1.322	1.322	1.134
Reserva Legal	-	2.017	512
Retenção de Lucros	-	28.747	7.296
(-) Prejuízos Acumulados	(35.269)	(79.424)	(72.130)
Adiant.p/ Aumento Capital	102.712	-	-
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>816.602</u>	<u>849.797</u>	<u>861.976</u>


Rafael Iatauro
Diretor Presidente


Christian Gulin Cavellaro
Diretor Administrativo Financeiro


Helio Zeri
Contador
CRC/PR: 024.246/O-1

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	2010	2009 (reclassificado)
	01.01.10 a 31.12.10	01.01.09 a 31.12.09
RECEITA BRUTA DE VENDAS	190.360	181.637
Venda de Energia UHE	179.709	173.342
Venda Energia PCH	5.433	5.527
Venda Energia CCEE	5.218	2.768
(-) Deduções da Receita Bruta	(9.404)	(8.669)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	180.956	172.968
(-) Custos Operacionais	(54.463)	(54.893)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	126.493	118.075
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(106.491)	(80.019)
Despesas Administrativas	(4.288)	(3.936)
Receitas Financeiras	6.993	4.586
Despesas Financeiras	(109.196)	(80.669)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	20.002	38.056
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	20.002	38.056
(-) PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	(6.611)	(15.244)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(10.452)	(11.123)
(-) Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	(3.883)	(4.121)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Diferido	5.679	-
Contribuição Social s/ Lucro Líquido - Diferido	2.045	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	13.391	22.812
LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS	0,222	0,378


Rafael Iateuro
Diretor Presidente


Christian Gulin Crivellaro
Diretor Administrativo Financeiro


Helio Zeri
Contador

CRC/PR: 024.246/O-1

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Recursos para Aumento de Capital	Total
			Legal	Retenção de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2008 (publicado)	78.667	1.134	512	7.296	-	-	87.609
Ajustes da adoção inicial dos CPCs e das IFRS					(72.130)		(72.130)
Saldos em 01 de janeiro de 2009 (ajustado)	78.667	1.134	512	7.296	(72.130)	-	15.479
Recompra parte ações Eletrobras	(9.217)						(9.217)
Dividendos Pagos (Eletrobras)		188					188
Lucro líquido do exercício (reclassificado)					22.812		22.812
Destinação dos Lucros:							
Reserva Legal			1.505		(1.505)		
Dividendos Propostos (R\$ 118,58 por mil ações ordinárias)					(7.150)		(7.150)
Retenção de Lucros				21.451	(21.451)		
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (ajustado)	69.450	1.322	2.017	28.747	(79.424)	-	22.112
Lucro líquido do exercício					13.391		13.391
Recursos para Aumento de Capital						102.712	102.712
Absorção reserva legal (art. 189 Lei 6.404/76)							
Utilização de reservas p/ absorção de prejuízos			(2.017)	(28.747)	30.764		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	69.450	1.322	-	-	(35.269)	102.712	138.215

Rafael Iatauro
Diretor Presidente

Christian Gulin Crivellaro
Diretor Administrativo Financeiro

Hélio Zeri
Contador
CRC/PR: 024.246/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.391	22.812
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	29.522	29.449
Variações monetárias não realizadas - líquidas	89.118	44.565
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.724)	-
Provisões para litígios	156	-
Redução (aumento) dos ativos		
Clientes	106	(1.026)
Outros créditos	(5.740)	(27)
Imposto de renda e contribuição social	7.821	(10.911)
Outros tributos correntes a recuperar	(1.431)	1.902
Despesas antecipadas	106	(84)
Depósitos judiciais	107	(9)
Aumento (redução) dos passivos		
Obrigações sociais e trabalhistas	10	(5)
Fornecedores	527	(194)
Imposto de renda e contribuição social	(908)	12.123
Outras obrigações fiscais	8	37
Empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros - juros pagos	(117)	(18.597)
Debêntures - juros pagos	(15.339)	(23.301)
Encargos de outorga Aneel	(38.274)	(2.073)
Pesquisa e desenvolvimento	1.097	(822)
Outras contas a pagar	(177)	(781)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	72.259	53.058
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	16.404	(1.362)
Adições no imobilizado	(1.741)	(81)
Adições no intangível	(2.763)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	11.900	(1.443)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures - amortização de principal	(178.249)	(35.376)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	102.712	-
Recebimento de ágio na integralização de ações	-	188
Recompra/resgate de ações preferenciais	-	(9.217)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(7.150)	(1.538)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	(82.687)	(45.943)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes a caixa	1.472	5.672
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	19.581	13.909
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	21.053	19.581
Variação no caixa e equivalentes a caixa	1.472	5.672

Rafael Iatauro
Diretor Presidente

Christian Gulin Crivellaro
Diretor Administrativo Financeiro

Hélio Zém
Contador
CRC/PR 024.246/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6 – NOTAS EXPLICATIVAS

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.
C.N.P.J. nº 04.557.307/0001-49
CURITIBA - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba - PR, e tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração energética do Complexo Energético Fundão e Santa Clara, localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL, será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

O Complexo Energético Fundão Santa Clara - CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE/ PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE / Santa Clara	120,168	69,600
UHE / Fundão	120,168	65,800
PCH's / SCL e FD	6,000	4,900
Total do complexo	246,336	140,300

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 13 - adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, a empresa elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2009.

Em atendimento às normas contábeis vigentes, em especial o O-CPC 05 – Contratos de Concessão, a companhia adequou seu balanço às características determinadas aos contratos de concessão, passando a reconhecer um ativo intangível relativo ao direito do uso de bem público (UBP), com conseqüente reconhecimento de um passivo atualizado até o final de 2010. Tais alterações apresentam reflexos no resultado e no seu PL por conta de ajustes relativos ao exercício e a períodos já encerrados.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Mudanças Introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrou em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pela CVM e demais órgãos reguladores, deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Posteriormente, a Lei nº 11.941/09, modificou itens da Lei nº 11.638 e da Lei das Sociedades por Ações.

Práticas Contábeis

a) Aplicações financeiras

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

b) Contas a receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

c) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado.

Até o ano calendário de 2008, a depreciação foi calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens, determinadas pela Portaria DNAEE nº 815/94, atualizada pela resolução nº 44 de 17 de março de 1999 da ANEEL.

Em 2010 a companhia ajustou suas taxas de depreciação ao prazo final da concessão do uso do bem público (UBP), que terminará em outubro de 2036. Diante dessa necessidade de aplicação das novas taxas baseada no prazo da concessão, os efeitos foram considerados a partir de 2009. Portanto, para esse ano os efeitos da depreciação foram ajustados diretamente no PL e para 2010 ajustados no próprio resultado do exercício em dezembro de 2010.

e) Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro, a companhia utiliza a sistemática do lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A partir de 2010 a companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. No final de Janeiro/2011 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

f) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata dia".

g) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

h) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os

ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

NOTA 04 – CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Caixa e equivalentes de Caixa

Os saldos das aplicações financeiras estão compostos por aplicações em fundos conservadores de investimentos em renda fixa. Os respectivos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (pro rata temporis), compostos da seguinte maneira:

Descrição	Tipo	2010	2009
Caixa		2	2
Banco conta movimento		79	19
Banco do Brasil S/A	Aplic. Fin – Aplic CDB	20.972	19.560
Total do disponível		21.053	19.581

O valor de R\$ 20.972, aplicado em CDB DI no Banco do Brasil S.A., está comprometido a uma taxa mínima correspondente a 100% da variação da taxa DI. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo contábil dessa aplicação não diferia do valor de realização. Este ativo financeiro foi adquirido com a finalidade de utilização no curto prazo.

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	Tipo	2010	2009
Aplicações financeiras:			
Itaú S.A. / Unibanco S.A.	CDB Unibanco	4.430	21.072
Bradesco S.A.	CDB Bradesco	797	559
Total vinculado		5.227	21.631

O valor disposto em aplicações financeiras, compreende os valores dos depósitos vinculados.

O valor de R\$ 4.430, aplicado no Itaú S.A. / Unibanco S.A., com remuneração de 100% da variação da taxa DI, está depositado em conta reserva para garantia de obrigação da dívida junto ao BNDESPAR, referente a operação de emissão de debêntures conforme Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças. Este investimento é classificado como disponível para venda, sendo mensurado pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, o qual não difere do valor justo.

O valor de R\$ 797, aplicado no Bradesco S.A., refere-se à garantia para liquidação de operações junto a Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, com remuneração de 98,9% da variação da taxa DI.

4.3 Clientes

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Descrição	2010	2009
COMERC - Comercializadora Energia Elétrica Ltda.	222	251
Tradener Ltda	214	218
COPEL Distribuição S/A	15.405	14.974
CCEE	379	883
Total	16.220	16.326

4.4 Outros créditos

O montante de R\$ 519, está distribuído nas seguintes contas contábeis:

- a) R\$ 455 – pagamentos de serviços em curso dos projetos de P&D em andamento
- b) R\$ 64 – valor relativo a adiantamentos a fornecedores

4.5 Imposto de renda e contribuição social

O valor de R\$ 5.906 está distribuído em:

- a) R\$ 3.467 – IRPJ estimativa mensal
- b) R\$ 2.439 – CSLL estimativa mensal

4.6 Outros tributos correntes a recuperar

O montante de R\$ 1.479, resumidamente, está assim distribuído:

- a) R\$ 18 - recolhimentos antecipados de impostos e/ou retenções de impostos na fonte anteriores a 2010;
- b) R\$ 1.461 – valor do IRRF líquido dos valores compensados com o IRPJ estimativa mensal, incidente sobre rendimentos de aplicações financeiras do presente exercício; e

Os valores dos créditos com direito a atualização, foram corrigidos pela variação da taxa SELIC até 31.12.2010.

4.7 Despesas antecipadas

Registra os prêmios de seguros contratados na modalidade de cobertura de riscos operacionais, que serão apropriados de acordo com o prazo de vigência das apólices. Em 31/12/10 o saldo a apropriar é de R\$ 343.

4.8 Outros créditos – Não circulante

A companhia, em dezembro de 2010, antecipou dividendos com base em balanço intermediário conforme autorização contida na 36ª AGE, no valor de R\$ 5.249.

Após o encerramento do exercício, a companhia permaneceu com saldo em Prejuízos Acumulados, o que impede a distribuição de dividendos nos termos do Art. 189 da Lei 6.404/76. Em consequência o valor pago na forma de

dividendos intermediários foi reclassificado como direito da companhia junto aos acionistas (Ativo Não Circulante). Outros comentários constam do item 5.4 da Nota 05 adiante.

4.9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Todos os ajustes contabilizados no resultado da companhia no decorrer do ano de 2010, originados da mudança nos critérios contábeis, para fins fiscais, devem ser adicionados para apuração do Lucro Real.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, que totalizaram R\$ 22.718, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente o valor de R\$ 7.724 a título de IRPJ e CSLL.

4.10 Imobilizado

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31.12.2010			31.12.2009
		Custo	Reintegração acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Usinas					
Imobilizado em serviço					
Terrenos		5.904		5.904	5.904
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0 a 3,5	321.592	39.997	281.595	289.830
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 4,0	61.359	7.324	54.035	55.453
Máquinas e equipamentos	2,5 a 6,7	192.346	28.159	164.187	170.021
Móveis e utensílios	10	464	136	328	373
(-) Ajuste Deprec. Decr. 2003/96			8.064	(8.064)	(4.032)
Imobilizado em curso					
Terrenos		1.598		1.598	1.598
Material em depósito		2.702		2.702	1.051
Depósitos judiciais		5.643		5.643	5.643
SISTEMA TRANSMISSÃO / CONEXÃO					
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 4,0	443	89	354	372
Máquinas e equipamentos	2,5 a 6,7	24.480	3.660	20.820	21.555
Móveis e Utensílios	10	10		10	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	10	2		2	2
Móveis e utensílios	10	304	101	203	229
Total		616.847	87.530	529.317	547.999

As contas do imobilizado estão avaliadas pelo custo de aquisição ou construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, até 2008, com base na vida útil estimada dos bens e com base em taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815/94, atualizada pela resolução nº 44 de 17 de março de 1999 da ANEEL, não havendo indícios internos ou externos de que pudesse estar desvalorizado.

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 44 de 17 de março de 1999.

A partir de 2009 a companhia passou a adotar as taxas calculadas em função do prazo final da concessão, como esclarecido na Nota 03, letra "d" anterior.

4.11 Intangível

Em função da alteração das práticas contábeis conforme esclarecido ao final da Nota 02 acima, a partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização.

Segue demonstração dos valores intangíveis existentes na companhia na data do balanço:

Descrição	31.12.2010			31.12.2009
	Custo	Reintegração acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Usinas				
Intangível em serviço / curso				
Concessão UBP Aneel	263.920	42.846	221.074	229.639
Servidões (Passagem, Florestal)	2.892	534	2.358	129
Total	266.812	43.380	223.432	229.768

4.12 Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas

Descrição	2010	2009
1) Contrato uso sistema de distribuição - CUSD	1.107	793
2) Fornecedores - administrativo e financeiro	456	653
3) Fornecedores - meio ambiente	325	339
4) Operação e manutenção - O&M	398	404
5) Manutenção Linha de Transmissão – O&M	25	24
6) Energia CCEE	429	0-
Total	2.740	2.213

4.13 Imposto de renda e contribuição social

O valor de R\$ 14.336 está distribuído em:

- a) R\$ 10.453 – Imposto de renda pessoa jurídica
- b) R\$ 3.883 – Contribuição social s/ lucro líquido

4.14 Outras obrigações fiscais

O Valor das demais obrigações fiscais em 31.12.2010, monta a importância de R\$ 1.293, assim distribuído:

- IRRF s/ salários, honorários, serviços PF e PJ = R\$ 42;
- ISS retido s/ serv. PJ = R\$ 1;
- PIS/Cofins/CSLL e INSS retidos = R\$ 105;
- PIS e Cofins s/ faturamento = R\$ 1.145; e

4.15 Encargos de outorga Aneel

A presente concessão foi outorgada através de leilão realizado em 28/06/2001, com assinatura de contrato em 25/10/2001 e data final prevista para 25/10/2036. Outorga através do Decreto Presidencial de 23/10/01.

Até o ano de 2009, reconheciam-se os encargos de outorga de concessão pela utilização do bem público (UBP) incorrido a partir do início de operação da UHE Santa Clara, sendo a contrapartida do valor registrada em conta de resultado, proporcionalmente aos dias efetivamente incorridos até o respectivo mês e a data final da concessão.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Elejor recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

O valor da concessão atualizado mensalmente pela variação do IGPM representa, em 31 de dezembro de 2010, a importância bruta de R\$ 1.187.754 (sem considerar os pagamentos), cujo valor principal na data de assinatura do contrato de concessão era de R\$ 570.000. O valor da UBP líquido de pagamentos, na mesma data, soma a importância de R\$ 1.041.968, valor base para cálculo do valor presente (VP) em 31/12/2010.

A partir de 2010 o valor da UBP passou a ser reconhecido no balanço patrimonial da companhia com base nas informações contidas ao final da Nota 02. Este cálculo vem de encontro às orientações contidas na O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Os reflexos do ajustes ocorridos em função da mudança de prática contábil, qual seja, até 2009 na forma de arrendamento mercantil operacional e a partir de 2010 com reconhecimento no Intangível e conseqüente reflexo no passivo, o qual vem sendo atualizado por consecutivos cálculos que trazem esse passivo da UBP a valor presente. Os efeitos na mudança de critério contábil

ocorridos até o exercício anterior foram contabilizados no PL da companhia e os desse ano, ajustados diretamente no resultado do exercício.

A partir desse balanço o passivo da UBP está representado pelo valor presente calculado a partir do valor da UBP atualizada até esta data, deduzida das parcelas pagas entre dezembro/2006 a dezembro/2010. As variações ocorridas entre os sucessivos cálculos do valor presente estão contabilizados no resultado como variação monetária passiva. Em função da inclusão de valor no intangível, também se passou a reconhecer valores a título de amortização.

O valor presente da concessão de uso do bem público (UBP) em 31/12/2010 é de R\$ 358.834, sendo que R\$ 40.984 constam no Passivo Circulante e R\$ 317.850 no Passivo Não Circulante.

4.16 Aplicação em pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Registra, conforme artigo 2.º da lei número 9.991/2000 alterado pelo artigo 24 da Lei 10.438/2002, o montante relativo a 1% (um por cento) da sua receita operacional líquida, o qual será destinado à pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e seu saldo monta, em 31.12.2010, a importância de R\$ 2.927.

4.17 Outras contas a pagar

O montante de R\$ 2.083, está distribuído nas seguintes contas contábeis:

a) R\$ 1.140 - Provisões de pré-operação decorrentes da conclusão dos trabalhos de unitização do ativo imobilizado (conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica);

b) R\$ 868 - Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH); e

c) R\$ 75 - provisão para pagamento de férias dos funcionários da companhia.

4.18 Encargos Eletrobras

No decorrer dos anos de 2008 e 2009 ocorreram diversos pagamentos relativos a resgates antecipados das ações preferenciais, conforme condições e valores contidos nas 31ª, 32ª, 33ª e 34ª AGE's, datadas de 27/11/2008, 10/06/2009, 05/10/2009 e 25/11/2009, respectivamente.

No final do ano de 2009, restava um saldo de R\$ 117 a título de juros remanescentes, compreendendo o período de 31/10/2009 (data base para cálculo do resgate final) e a data do efetivo pagamento, que somente ocorreu em 18/12/2009.

Em 08/01/2010, a Elejor quitou o saldo final da parte relativa aos juros ainda pendentes, concluindo desta forma, a quitação final de todas as obrigações com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS.

4.19 Debêntures conversíveis

Em 20 de abril de 2005, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada pelos acionistas a emissão de 1000 (um mil) debêntures.

convertíveis em ações, em duas séries, vencíveis no prazo de 10 (dez) anos a 1.ª série e em 11 (onze) anos a 2.ª série, a contar da data de emissão.

O valor unitário de cada debênture é de R\$ 255.625,82 (duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos) na data de emissão, totalizando o montante de R\$ 255.625.820,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte reais), observadas as seguintes características, fixadas nos termos do artigo 59 da lei 6.404/76:

I) Vencimento das debêntures:

As debêntures da 1.ª série terão o vencimento final em 15 de fevereiro de 2015 e as da 2ª série terão o vencimento final em 15 de fevereiro de 2016.

II) Remuneração:

Aos titulares das debêntures serão pagos a título de remuneração o correspondente à atualização do valor nominal pela variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um spread de 4% (quatro por cento) ao ano.

As demais características dos títulos estão descritas na 18ª Ata de Assembléia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n.º 20051323338 de 20 de abril de 2005 e Escritura da 1.ª emissão privada de debêntures da ELEJOR - Centrais Elétricas Rio Jordão S.A., com garantia flutuante, real e fidejussória e anexos, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº ED00012400 de 16 de maio de 2005.

III) Amortização antecipada de debêntures:

Através do Primeiro Aditivo ao Contrato de Subscrição de Debêntures, foi acordada a amortização antecipada obrigatória de debêntures detidas pela BNDESPAR em contrapartida a autorização de antecipação de resgate das ações preferenciais classe "B". A presente negociação está ratificada na 31ª AGE de 27/11/2008, em seu item 3.

Em dezembro/2009 a companhia resgatou a totalidade das ações preferenciais. A partir desse resgate total, por força do 1º Aditivo ao Contrato de Debêntures, Cláusula Segunda, Item 2.5, ficou incluído o item 22.1 ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures da Elejor, prevendo a obrigatoriedade de resgate das debêntures, quando respeitada a condição de manutenção de caixa mínimo de R\$ 20.000.

A companhia, respeitando as alterações e condições contidas no 1º Aditivo, utilizando-se de recursos aportados pelos acionistas na modalidade de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC (vide Nota 5.5 adiante), em 05/03/2010, amortizou antecipadamente a totalidade das debêntures remanescentes. Diante desse pagamento no valor de R\$ 181.239, ficou quitada a totalidade da dívida junto ao BNDESPAR.

Em dezembro/2010 através de Instrumento Particular de Transação a Elejor pagou ao BNDESPAR a importância de R\$ 19.499 a título de Compensação Financeira decorrente da alegada supressão do "direito" da conversão das

debêntures em ações da companhia. Diante desse pagamento e pelo contido no presente instrumento particular, o BNDESPAR reconheceu oficialmente a quitação da dívida com o conseqüente resgate de todas as debêntures emitidas pela companhia em abril de 2005.

4.20 Mútuo com controladora

Descrição	2010	2009
Copel - Companhia Paranaense de Energia	364.189	321.589
Mecanismo de ajuste - 3º Acordo de Acionistas	(68.401)	(56.171)
Total	295.788	265.418

No saldo apresentado em 31 de dezembro de 2010 está registrado o reflexo do "Mecanismo de Ajuste do Contrato de Mútuo", no montante de R\$ 62.866, conforme Terceiro Acordo de Acionistas celebrado entre Copelpar e a Paineirapar em 31 de agosto de 2005 e registrado na Elejor, mediante aprovação da Aneel, conforme despacho nº 2876 de 05 de dezembro de 2006.

Através da cláusula segunda, do Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas (06/04/2004), ocorreu a alteração nas taxas de juros e da variação monetária relativamente ao contrato de mútuo. Com base nessa renegociação, os créditos passaram a ser remunerados pela TJLP mais spread de 4,5% a.a.

A carência, prevista no acordo de acionistas (dois anos após a entrada em operação da última unidade geradora da UHE Fundão e prazo de pagamento de doze anos), alterada inicialmente pelo Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas (seis meses de carência e prazo final de pagamento para 126 meses), por derradeiro, foi novamente alterada e reconhecida através do Segundo Aditivo ao Acordo de Acionistas (18/04/2005), por exigência do BNDESPAR, conforme disposto na letra "g" das Considerações deste aditivo, onde consta que a Elejor não poderá efetuar qualquer pagamento a título de parcelas de mútuo, antes da integral amortização das debêntures.

Por força da quitação final da dívida junto ao BNDESPAR, ocorrida em 05/03/2010 (Nota 4.12, IV), a companhia entendia que não mais prevaleciam as condições impostas pelo debenturista, porém, aguardava novas disposições advindas de seus acionistas quanto a definição dos novos prazos para pagamento do mútuo em questão e o efetivo reconhecimento da quitação da dívida pelo BNDESPAR. Fato ocorrido no final de dezembro do corrente através do Instrumento Particular de Transação realizado entre as partes, conforme disposições contidas ao final do item 4.19 anterior.

4.21 Provisões para Litígios

Ao final do ano de 2010 restaram contabilizados os valores de R\$ 45 a título de Contingências Trabalhistas e R\$ 300 como Contingência Cíveis, totalizando R\$ 345, baseado em relatórios de nossas assessorias jurídicas e em atenção ao que dispõe o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, item 6.3.22, letra "b".

Ao final de 2009 as provisões para litígios estavam classificadas no Passivo Circulante, junto com Outros Valores a Pagar.

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1 Capital social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2010, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 69.450, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 34ª AGE de 25/11/2009, distribuído da seguinte forma:

ACIONISTAS	Ações ordinárias subscritas e integralizadas	Ações preferenc. classe B subscritas e integralizadas	Total de ações subscritas e integralizadas	Participação no capital total integralizado
COPEL	70,00%	0	42.209.920	70,00%
PAINEIRA	30,00%	0	18.090.080	30,00%
TOTAIS	100,00%	////////////////////	60.300.000	100,00%

5.2 Reservas de capital – ágio na subscrição de ações

O grupo "reservas de capital", composto por "ágio sobre ações", o qual em 31 de dezembro de 2010 monta a importância de R\$ 1.322, está representado pela conta "ágio na subscrição de ações" - R\$ 1.134 e dividendos pagos a Eletrobrás - R\$ 188.

5.3 Reservas de lucros

a) Reserva legal:

O montante de R\$ 2.017 se refere a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2007 a 2009, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei, sendo seu saldo composto pelos valores de R\$ 188 (2007), R\$ 324 (2008) e R\$ 1.505 (2009).

Para o ano de 2010 não foi atribuído valor para reserva legal em função dos ajustes efetuados no PL desse exercício, originado dos efeitos da mudança de critério contábil conforme já comentado no final da Nota 02, letra "d" da Nota 03 e itens 4.8, 4.9, 4.10, 4.11 e 4.15 da Nota 04.

Por derradeiro, nos termos do Art. 193, §2º, da Lei 6.404/76, o saldo dessa reserva foi utilizada para absorção parcial de prejuízos acumulados.

b) Retenção de lucros:

Somando-se as retenções de lucros de 2007 (R\$ 2.682), de 2008 (R\$ 4.614) e de 2009 (R\$ 21.451), em 2009, o saldo desta conta era de R\$ 28.747.

Em 2010, considerando todos os ajustes advindos da mudança dos critérios contábeis, esse saldo foi utilizado para absorção parcial dos prejuízos acumulados.

5.4 Dividendos propostos

Do lucro líquido do exercício de 2010 no valor de R\$ 13.391, o qual foi integralmente absorvido pelo saldo de Prejuízos Acumulados (originado dos ajustes ocorridos pela mudança nos critérios contábeis), nos termos do Art. 189 da Lei 6.404/76, não foi constituída Reserva Legal e por consequência não se pode fazer a distribuição de dividendos para esse exercício.

A companhia, baseada no resultado apurado através de Balanço Intermediário datado de Junho/2010 e em função de projeção de lucro para o final de 2010, nos termos de autorização contida na 36ª AGE de 09/12/2010, antecipou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 5.249.

Após o encerramento do exercício, a companhia permaneceu com saldo em Prejuízos Acumulados, o que impede a distribuição de dividendos nos termos do mesmo Art. 189 da Lei 6.404/76. Em consequência o valor pago na forma de dividendos intermediários foi reclassificado como direito da companhia junto aos acionistas, no Ativo Não Circulante.

5.5 Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Nos termos de Acordo de Acionistas assinado em 05 de março de 2010, as partes, Companhia Paranaense de Energia – Copel e Paineira Participações e Empreendimentos Ltda., únicas acionistas da Elejor, resolveram efetuar aporte na companhia no valor de R\$ 180.000 na proporção da participação de cada acionista no capital social (conforme quadro disposto na nota 5.1 acima), com a intenção de efetuar a amortização antecipada e integral das debêntures emitidas por meio de escritura, tendo como único debenturista o BNDES Participações S/A – BNDESPAR.

Conforme já destacado na Nota 4.19, III, acima, a Elejor, com a utilização deste aporte na modalidade de AFAC e nos termos do acordo de acionistas em questão, efetuou, também em 05/03/2010, a integral amortização das debêntures emitidas pela companhia através do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures, datado de 25/04/2005, ocasião em que foram emitidas 1.000 (mil) debêntures conversíveis em ações.

Em 17/12/2010 a Elejor pagou R\$ 77.288 como parte da devolução do AFAC, conforme estabelecido na 36ª AGE de 09/12/2010. Após esse pagamento, em 31/12/2010, resta no balanço da Elejor a importância de R\$ 102.712.

NOTA 06 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Tendo em vista a análise de nossas duas assessorias jurídicas especializadas, constatamos a existência de processos relativos a “reclamatórias trabalhistas” e “indenizações trabalhistas” com riscos de perdas classificados como “possível” e como “provável”, nos termos do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, item 6.3.22.

Estes fatores nos condicionam a constituir provisão para contingências para as causas enquadradas com “provável perda” e demonstrar em nota explicativa o valor das causas consideradas com “possibilidade de perda”.

Diante dessa determinação, existem duas situações a serem consideradas, quais sejam:

a) Causas Trabalhistas

a.1) Através de relatório de uma de nossas assessorias jurídicas, consta a importância de R\$ 45 dentre as causas com "perda provável", o que nos levou a constituir uma provisão contábil para "litígios trabalhistas" neste valor, fato este já demonstrado em nosso Balanço Patrimonial e em nossa nota 4.21 acima;

a.2) Em 31 de dezembro de 2010, com base nos relatórios de nossas duas assessorias jurídicas, as causas "trabalhistas" com "possibilidade" de perda, somam a importância de R\$ 1.695;

b) Causas Cíveis:

b.1) Com base em relatório de uma de nossas assessorias jurídicas, consta a importância de R\$ 300 dentre as causas com "perda provável", o que nos levou a constituir uma provisão contábil para "litígios de processos cíveis" neste valor, fato este também já demonstrado em nosso Balanço Patrimonial e em nossa nota 4.21 acima;

b.2) Em 31 de dezembro de 2010, com base nos relatórios de nossas duas assessorias jurídicas, as causas "cíveis" com "possibilidade" de perda, somam a importância de R\$ 721;

NOTA 07 – AÇÕES JUDICIAIS DE ORDEM TRIBUTÁRIA

Com base em sentença favorável, obtida através de liminar concedida em mandado de segurança impetrado em 16 de agosto de 2006, a companhia vem recolhendo as contribuições para o PIS e COFINS com base no regime CUMULATIVO (3,65%), contrariando a pretensão da Receita Federal do Brasil, a qual através de resposta a consulta formal, havia mantido o entendimento de se tributar as receitas da Elejor pelo regime NÃO CUMULATIVO (9,25%).

Em função de a Elejor ter obtido em juízo o direito de tributar suas receitas das UHE's pela modalidade CUMULATIVA, deve-se prever a possibilidade de perda. Considerando que os valores discutidos são elevados, para o caso de insucesso da ação, em 31 de dezembro de 2010 a diferença entre o que poderia vir a ser recolhido pelo regime NÃO CUMULATIVO, monta os seguintes valores:

ANO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
2005	614	124	360	1.098
2006	2.217	443	1.034	3.694
2007	2.767	553	985	4.305
2008	2.402	480	591	3.473
2009	3.789	758	504	5.051
2010	2.917	583	171	3.671
TOTAL	14.706	2.941	3.645	21.292

Com base no que dispõe o Terceiro Aditivo ao Contrato de Venda de Energia entre a Copel e Elejor, datado de 30/08/2007, fica assegurado à Elejor o reajuste nos preços de venda de energia no mesmo percentual a que forem acrescidas as contribuições ao PIS e COFINS, bem como, fica assegurado que a Elejor, no caso de insucesso da ação, deverá ser ressarcida de forma antecipada no exato valor a ser pago à Secretaria da Receita Federal (Cláusula 1ª, item 2.2).

Com base em relatório de nossa assessoria jurídica, este processo movido contra a Fazenda Nacional (RFB), está classificado com "possibilidade" de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil de perda para esse fim, se fazendo necessária apenas a menção em nota explicativa.

NOTA 08 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em atenção à exigência contida na Deliberação CVM nº 550 de 17/10/2008, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre "instrumentos financeiros derivativos" em nota explicativa, a companhia declara que não deposita seus recursos em aplicações financeiras na modalidade de derivativos.

.....

 Rafael Iatauro Diretor Presidente	 Christian Gulin Crivellaro Diretor Administrativo Financeiro	 Hélio Zem Contador CRC/PR- 024 246/O-1
---	---	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Administradores e Acionistas da

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A

O Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado, pela análise dos balancetes, a gestão econômico-financeira da Companhia, tomou conhecimento do Relatório da Administração e examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, abrangendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, considerando todos os pontos contidos no Relatório dos Auditores Independentes, UHY Moreira Auditores, é de que as mencionadas demonstrações refletem com propriedade, a situação patrimonial e financeira da companhia, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação, e, consequente deliberação da Assembleia Geral Ordinária – A.G.O.

Curitiba, 03 de março de 2011.



ADRIANO FEDALTO
Presidente



JONEL CHEDE
Conselheiro



VALMIR MOMBACH
Conselheiro